

Me apresento aqui para defender entusiasticamente a aprovação desta ementa!

Por vários motivos e um motivo principal. O motivo principal é que esse Congresso não pode aprovar nada que não seja em homenagem à sua consigna “O povo acima do lucro”. E só há uma forma de alcançarmos esse objetivo.

A única forma de o povo estar acima do lucro é que a sociedade se organize sob um estado cujo o modelo, o tamanho e a função sejam de um estado vocacionado para ser o garantidor da justiça social e o impulsor da justa distribuição de renda. Isso equivale a dizer que seja um estado prestador de serviço público, e não um mero demandador de serviço público para a iniciativa privada.

Portanto, o combate à privatização ultrapassa a defesa da entrega do patrimônio público às mãos privadas. A defesa contra a privatização, traduz explicitamente a defesa do modelo de estado que queremos.

Por isso devemos combater todos os tipos de privatização, particularmente a mais predatória delas, que é a terceirização.

Por exemplo, aqui nesse evento um colega defendeu tolerância com as parcerias público-privadas. Respeitosamente, eu discordo. Qualquer forma de terceirização é uma sutileza para arrombar o estado social rumo ao estado liberal.

A privatização tem como ferramenta a criminosa precarização de serviços públicos para justificá-la; tem como estratégia o criminoso endividamento público que sequestra os recursos do estado em benefício da ganância do sistema financeiro; e tem como instrumento a reforma do estado.

Quem defende as privatizações o faz sob o triplice conceito de que a iniciativa privada prestaria um serviço de melhor qualidade, por ser desenvolvida por especialistas a um custo mais barato; outra criminosa forma de ludibriar a opinião e a fé pública. Ora, como pode ser mais qualificado um serviço que não é prestado por profissionais treinados, qualificados e que têm como projeto de vida o serviço público? Como pode ser especializado um serviço prestado por empregados que têm uma rotatividade 80% maior do que os funcionários próprios do estado? Como pode ser mais barato um serviço que, além de atender seus custos, as privatizações, em todas as suas formas, são a mais praticada e confortável forma de entrada da corrupção na administração pública. Só isso já justificaria seu combate!

No movimento sindical, a privatização fraciona, pulveriza e, portanto, enfraquece a sua atuação no setor público.

Enfim, a privatização é a linha mestra da arrasadora onda ultra-liberal que se impõe no mundo globalizado, desde a reorganização capitalista consequente de sua crise mundial de 2008.

Nessa onda ultra-liberal, não se há mais que se falar em estado mínimo, mas sim em estado nenhum, quanto à sua dimensão de prestador do serviço público.

Digo isso com propriedade e segurança por estar vivenciando no Brasil o laboratório avassalador desse modelo de estado nenhum. No Brasil o estado está sendo reduzido a basicamente quatro funções.

Primeiro ao seu aparato repressor, para impedir os movimentos sociais, particularmente os movimentos sindicais de toda forma de reação ao modelo; segundo ao aparelho arrecadador, com a função de extorquir os cidadãos através de uma carga tributária insuportável, para transferir a fabulosa arrecadação para o mercado via privatização; terceiro a intervenção no mercado através de agências reguladoras para garantir que os interesses do mercado prevaleçam sob os interesses do cidadão e do consumidor; por último, uma diplomacia globalizada que garanta a mundialização desse modelo através de acordos internacionais como o TISA, por exemplo.

Termino dizendo que esse modelo que está em prática no Brasil e, repito, como laboratório regional, cuja experiência na América Latina começou no México com a eleição de Peña Nieto, evoluiu na Argentina com a eleição do Macri, e hoje tem sua experiência mais radical no Brasil, no governo Temer, oriundo de um golpe.

Posso assegurar que, no Brasil hoje, esse laboratório mundial, temos dois modelos de estado em um mesmo país. Um estado penal, policial e repressor para os pobres e um estado gerencial para as elites.

Em conclusão, a ISP é a única entidade no mundo, por sua malha orgânica, sua história, e, hoje, por seu perfil ideo-político e, especialmente, pela força e credibilidade de sua direção, que pode criar uma rede de militância com influência, interlocução, negociação, e, portanto, com credibilidade e resultados capazes de serem o ponto inicial para reversão da catástrofe anunciada do estado nenhum, do serviço público nenhum, de nenhum servidor público, e da ausência do sindicalismo no serviço público.

Permito-me, ao finalizar, pedir ao mundo aqui representado que se somem à insipiente, porém vigorosa, reação brasileira que se traduz em uma frase, que é muito mais que uma manifestação. É, na verdade, a catalizadora que permitiu unificar o Brasil em um movimento de resistência e que aqui pode se transformar no símbolo da solidariedade internacional, valor maior do movimento sindical: FORA TEMER!

João Domingos Gomes dos Santos – Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB)